

MÉDICOS FEDERAIS TERÃO REAJUSTE DE 15,8%

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, garantiu que os médicos federais terão o reajuste de 15,8% oferecido pelo governo, divididos em três anos, a partir de 2013. "Os médicos estão incluídos e terão o mesmo valor de reajuste que as outras categorias. R\$ 1.000 para 40 horas semanais e proporcionalmente para 20 horas", afirmou Mendonça, durante encontro com representantes das entidades nacionais, em Brasília.

A pedido das entidades, o secretário do Ministério do Planejamento propôs a articulação de uma agenda com o Governo para atender às reivindicações da categoria médica. Enquanto isso, segue em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4369/2012, que reajusta a remuneração dos servidores públicos federais.

A medida tenta retirar o prejuízo aos médicos ocasionado pela aprovação do PL de conversão da MP 568. Desde 12 de setembro o projeto está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), sob a relatoria do

deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), que, em 19 de setembro, recebeu representantes das entidades médicas para debater o tema.

HISTÓRICO – Nos últimos anos, a categoria mostrou força com grandes mobilizações em todo o país. Unidos, os médicos buscam melhorias nas condições de trabalho, financiamento adequado para o setor e qualificação da assistência – pautas que motivaram a campanha deste ano para o Dia do Médico (confira o banner ao lado).

Em junho, uma histórica mobilização dos médicos, seguida de uma série de protestos em todo o país, fizeram o governo recuar no texto original da MP 568, que reduzia em 50% os salários da categoria. Contudo, ao regulamentar a MP o governo excluiu os médicos das diversas carreiras, como a PST (Previdência, Saúde e Trabalho), quanto às gratificações e criou tabelas específicas para os profissionais de medicina.

As entidades que integram a Comissão Nacional Pró-SUS seguirão engajadas em ações que visem compensar as perdas que somente os médicos tiveram. Somente uma nova mobilização nacional poderá fazer o governo compreender a justiça da reivindicação dos médicos federais.



18 de outubro
Dia do Médico

Saúde no Brasil. O país tem urgência de ser bem tratado e os médicos também.

www.portalmédico.org.br

Como a maioria da população, os médicos não estão contentes com os problemas da saúde no Brasil. Problemas que eles conhecem de perto, trabalhando todos os dias para atender pacientes em condições muitas vezes desfavoráveis. Os médicos já fazem e podem fazer muito mais pela sua saúde. Mas para resolver os problemas da saúde no país, é preciso que mais pessoas se juntem a eles: pacientes, empresários, entidades de classe, políticos e governantes. A saúde no Brasil depende do compromisso de todos nós.

Conselhos de Medicina. Defendendo princípios, aperfeiçoando práticas.

CFM | CRM's



AGENDA: a próxima reunião da Comissão Nacional Pró-SUS está prevista para o último bimestre deste ano. Na oportunidade, será realizado um balanço das atividades de 2012, e serão traçadas as estratégias para 2013.

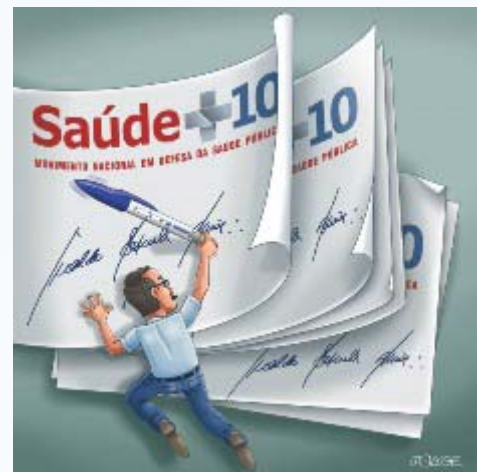
SAÚDE+10 TERÁ PRIMEIRA CONTAGEM DE ASSINATURAS

A coordenação nacional do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde+10, vai realizar em 30 de outubro a primeira contagem de assinaturas coletadas em todo o país. O objetivo da ação é arrecadar 1,5 milhão de assinaturas necessárias para a aprovação do Projeto de Lei de iniciativa Popular que define percentual mínimo de 10% da Renda Bruta da União para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.

No último encontro da coordenação nacional (03/10), além

da definição do cronograma do Movimento (veja abaixo), foram traçadas novas estratégias de divulgação e fortalecimento da campanha.

A partir deste mês, membros da coordenação nacional visitarão as 27 unidades da federação, para realizarem Atos de fortalecimento da Saúde Pública Brasileira. O objetivo é apresentar a campanha para autoridades, organizações da sociedade civil e população de modo geral. Saiba mais em: www.saudemaisdez.org.br.



Confira as cidades que receberão a visita de membros do Movimento:

Belém – 30 de outubro
Porto Alegre – 16 de novembro
Goiânia – 29 de novembro
Belo Horizonte – 21 de novembro
Nordeste: Recife – 12 de novembro

Cronograma do Saúde+10:

*30 de outubro: 1ª contagem do número de assinaturas
15 de dezembro: 2ª Contagem do número de assinaturas
07 de Abril: Entrega das assinaturas ao Congresso Nacional*

CAE APROVA VINCULAÇÃO DE 10% DA RECEITA DA UNIÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou a vinculação de 10% das receitas correntes brutas da União a ações e serviços de saúde pública. A decisão rejeita o projeto da Câmara e aprova o do Senado, na forma de substitutivo. O PLS 156/2007, que será agora votado pelo Plenário do Senado, obriga a União a elevar gradualmente os gastos com saúde pública até atingir o percentual mínimo, no prazo de quatro anos.

DESVIO DE VERBA PÚBLICA PODE SE TORNAR CRIME HEDIONDO

Os desvios de recursos nas áreas de educação e saúde poderão se tornar crimes hediondos. É o que estabelece o PL 676/2011, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. O texto será analisado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas antes será analisada pela comissão especial que discute a reforma

EVENTOS PELO BRASIL

EBSERH EM DEBATE

Aconteceu no Rio de Janeiro, em 10 de setembro, o I Fórum de Discussão sobre a Ebsersh – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A autonomia universitária, a constitucionalidade da empresa, a preocupação com a graduação e com a administração indireta dos hospitais universitários foram os principais pontos debatidos por aproximadamente 100 médicos e professores que se reuniram durante o encontro.

Vinculada ao Ministério da Educação e sediada em Brasília (DF), a Ebsersh é uma empresa pública de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A empresa foi criada para administrar os recursos financeiros e humanos dos hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino Superior. Sancionada em 2010, a lei 12.550, que criou a Ebsersh, não é clara nas obrigações da Empresa e não descreve o que ela pode ou não fazer.

A polêmica em torno da empresa surgiu quando a Medida Provisória 520 foi sancionada, em 31 de dezembro de 2010, em resposta ao TCU sobre a cobrança por concursos públicos e solução para os 27 mil terceirizados nos hospitais universitários. Na época, 70 entidades foram contra a MP, por ser o capital 100% da União.

FÓRUMS DISCUTEM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A exemplo das edições anteriores, o III Fórum Nacional de Urgência e Emergência reuniu especialistas para debater os inúmeros aspectos que envolvem o trabalho médico na área. Realizado entre os dias 15 e 16 de outubro, em Porto Alegre (RS), o encontro abordou temas como: atendimento médico de emergência no Brasil tem o médico exposto e a população insatisfeita; dimensionamento e gerenciamento de fluxo; formação para o trabalho médico na área; capacitação dos médicos das emergências e urgências; como valorizar o médico dessa área; e ética nas emergências.

Já no Estado do Amazonas, o Conselho Regional de Medicina realizou, também em setembro, o Fórum das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de Urgência e Emergência. Entre os temas a abordados no encontro, estão: situação atual da implantação da classificação de risco nos hospitais; o papel do

SUS PERDE 42 MIL LEITOS EM SETE ANOS

Análise do Conselho Federal de Medicina aponta queda de leitos e falta de investimentos na saúde pública como obstáculos para o exercício da medicina

Na rede pública de saúde, quase 42 mil leitos foram desativados nos últimos sete anos. Dentre as especialidades mais atingidas com o corte estão psiquiatria (-9.297 leitos), pediatria (-8.979), obstetria (-5.862), cirurgia geral (-5.033) e clínica geral (-4.912). As informações integram análise do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre os aspectos que dificultam o trabalho do médico, como a falta de investimento e de infraestrutura. Confira ao lado a queda de leitos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) em cada estado.

Na avaliação da entidade médica, grande parte dos problemas do Sistema Único de Saúde (SUS) passa pelo subfinanciamento e pela falta de uma política eficaz de presença do Estado. Para o Ministério da Saúde, a queda de leitos representa uma tendência mundial devido aos avanços em equipamentos e medicamentos que possibilitam o tratamento sem necessidade de internação do paciente. Mas apesar da nova tendência, o governo alega que tem investido na criação de novos leitos hospitalares, como a meta de criar 1.783 novos leitos para o SUS em 2012 ante 1.296 habilitados em 2011.

O levantamento teve como base os dados apurados junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde, nos meses de outubro de 2005 e junho de 2012. A pesquisa, realizada no endereço eletrônico <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?cnes/cnv/leiintbr.def>, considerou ainda os chamados leitos complementares (Unidades de Terapia Intensiva e Unidades Intermediárias).

Região	Unidade da Federação	Quantidade de leitos SUS		Variação	Variação (%)
		2005	2012		
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	5.510	4.042	-1.468	-26,6%
Centro-Oeste	Goiás	14.399	12.814	-1.585	-11,0%
Centro-Oeste	Mato Grosso	5.945	5.356	-589	-9,9%
Centro-Oeste	Distrito Federal	5.022	4.954	-68	-1,4%
Nordeste	Paraíba	10.366	8.380	-1.986	-19,2%
Nordeste	Maranhão	15.697	13.007	-2.690	-17,1%
Nordeste	Sergipe	3.979	3.551	-428	-10,8%
Nordeste	Piauí	8.042	7.371	-671	-8,3%
Nordeste	Rio Grande do Norte	7.199	6.781	-418	-5,8%
Nordeste	Bahia	28.152	26.521	-1.631	-5,8%
Nordeste	Pernambuco	19.571	18.498	-1.073	-5,5%
Nordeste	Alagoas	6.050	5.783	-267	-4,4%
Nordeste	Ceará	16.475	15.925	-550	-3,3%
Norte	Tocantins	2.395	2.279	-116	-4,8%
Norte	Acre	1.366	1.393	27	2,0%
Norte	Amazonas	5.365	5.725	360	6,7%
Norte	Pará	10.787	11.580	793	7,4%
Norte	Amapá	937	1.023	86	9,2%
Norte	Rondônia	2.634	3.256	622	23,6%
Norte	Roraima	663	885	222	33,5%
Sudeste	Rio de Janeiro	38.940	31.924	-7.016	-18,0%
Sudeste	São Paulo	75.921	65.643	-10.278	-13,5%
Sudeste	Minas Gerais	39.690	34.513	-5.177	-13,0%
Sudeste	Espírito Santo	6.513	5.886	-627	-9,6%
Sul	Paraná	25.331	22.274	-3.057	-12,1%
Sul	Santa Catarina	13.736	12.142	-1.594	-11,6%
Sul	Rio Grande do Sul	25.249	22.715	-2.534	-10,0%
Total		395.934	354.221	-41.713	-10,5%



ACONTECE NOS ESTADOS

CRM COBRA SOLUÇÃO PARA EMERGÊNCIA QUE FUNCIONA EM CONTEINERS NO RJ

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremelj) pediu que os pacientes da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso, na Zona Norte da capital fluminense, sejam realocados em outras unidades em. O pedido foi feito no dia 10 de outubro, após o Conselho fiscalizar o hospital. Foram encaminhados ofícios para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ministério da Saúde e secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Há mais de um ano, a emergência do hospital funciona de forma provisória em contêineres. O antigo espaço foi fechado para uma reforma, mas as obras estão paradas.

Há uma grande dificuldade para encontrar leitos de reatuação, ou seja, destinação para pacientes que não estão mais na fase emergencial e necessitam de tratamento prolongado. O Hospital Federal de Bonsucesso é referência para a Zona Norte da cidade, e recebe também muitos pacientes da Baixada Fluminense.

COMISSÃO RETOMA VISITAS A HOSPITAIS DE EMERGÊNCIA

Com o retorno das atividades legislativas, após o período de eleições, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados retomou o trabalho de vistoria nos hospitais de emergência brasileiros. Para finalizar o cronograma deste ano, as próximas cidades a serem visitadas foram decididas em reunião dos membros, que conta com representantes das entidades médicas. Cuiabá (MT) receberá a Comissão em novembro e Porto Alegre (RS) em dezembro.

Desde julho do ano passado o grupo, composto por parlamentares e membros da Comissão Pró-SUS, já realizou diversas visitas, cujos relatos integrarão um dossiê preliminar que será elaborado até o início do recesso parlamentar (20 de dezembro). O objetivo é traçar um diagnóstico, reconhecer a situação em loco e depois tomar as medidas necessárias, apelando ao Ministério da Saúde e governos estadual e municipal.

SP FAZ PROJETO DE LEI PARA PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS E DE CARREIRA

No Dia do Médico (18), o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou projeto de lei que institui plano de cargos e salários e de carreira médica. O projeto está sendo encaminhado à Assembleia Legislativa e, se aprovado, irá abranger todos os médicos do Estado de São Paulo, incluindo pensionistas e aposentados.

O plano incluirá três classes de médicos (I, II e III). Um profissional da classe III, por exemplo, receberá, com teto de produtividade, até R\$ 7,5 mil por jornada de 24 horas semanais, R\$ 6,3 mil por 20 horas e R\$ 3,8 mil por 12 horas. Aos profissionais iniciantes enquadrados na classe III, com carga horária de 40 horas e que receba o teto do Prêmio de Produtividade Médica, além da Gratificação Executiva, por exemplo, estão previstos salários de R\$ 14,5 mil. Os médicos com cargos de chefia terão remuneração diferenciada. A remuneração média atual de um profissional médico da rede estadual é de R\$ 3,7 mil.

ENTIDADES MÉDICAS PEDEM INTERVENÇÃO FEDERAL NO RN

O CFM, o CRM-RN e a Fenam pediram ao Ministério da Saúde que seja feita intervenção federal no Sistema Único de Saúde (SUS) do estado. Em vistoria ao maior hospital público potiguar, Hospital Walfredo Gurgel, em agosto, uma comissão formada por representantes de entidades nacionais identificou problemas que ferem os princípios da ética e da dignidade humana.

A reivindicação foi apresentada no mês seguinte à visita dos médicos ao estado, durante audiência com o assessor especial do ministro, José Evaldo Gonçalo. Um dos argumentos é que o próprio governo do RN declarou estado de calamidade pública na saúde há mais de dois meses, sendo que desde então o quadro de caos não apresentou mudanças. O caso também foi alvo de outras ações por parte das entidades médicas que apresentaram denúncias à Organização dos Estados Americanos (OEA), com foco nos direitos humanos.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Modesto Jacobino, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.

Conselho Federal de Medicina - Tel: (61) 3445-5900 Fax: (61) 3246-0231
e-mail comissoes@portalmedico.org.br